

DOSSIÊ: COMUNICAÇÃO E CIRCULAÇÃO ENTRE A IDADE MÉDIA E A MODERNIDADE: DEBATES, RECONFIGURAÇÕES E ANÁLISES SOBRE UMA TEMPORALIDADE EM CRISE (SÉC. XII-XVII)

As temporalidades da poesia trovadoresca: a historiografia e as cantigas de D. Dinis

The times of troubadour poetry: the historiography and the cantigas of King Dinis

Felipe Ferreira de Paula Pessoa*

*Escola de Música de Brasília. Brasília, DF, Brasil.
Universidade de Brasília – UnB, Brasília, DF, Brasil.*

RESUMO: Este artigo propõe um debate acerca da historicidade e das temporalidades da lírica medieval galego-portuguesa e seus usos em períodos posteriores. Para isso, busco questionar as demarcações usuais demonstrando o caráter de conexões e circularidade na produção da corte de D. Dinis (1261-1325), rei de Portugal, que foi, também, trovador. Nesse sentido, exploro, em um primeiro momento, as formas como a atuação lírica de D. Dinis ressoou e foi interpretada nos tempos que o sucederam. Depois, procuro compreender como a historiografia dos séculos XIX e XX, marcada pelas demandas do Estado-nação, interpretou e posicionou o reinado e as cantigas de D. Dinis. Por fim, confronto as atribuições provenientes dessas interpretações, como “política de nacionalização”, “provençalismo”, “renovação” e “originalidade”, a partir da análise e da contextualização das cantigas de D. Dinis. Dessa forma, busco evidenciar as nuances e complexidades das interpretações modernas sobre D. Dinis e a lírica galego-portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Lírica galego-portuguesa; D. Dinis; historiografia.

ABSTRACT: This article proposes a debate on the historicity and temporalities of medieval Galician-Portuguese lyric and its uses in later periods. To this end, I seek to question the usual demarcations by demonstrating the character of connections and circularity in the production of the court of King Dinis (1261-1325), king of Portugal who was also a troubadour. In this sense, I first explore the ways in which the lyrical performance of King Dinis resonated and was interpreted in the times that followed him. Next, I try to understand how the historiography of the 19th and 20th centuries, marked by the demands of the nation-state, interpreted and positioned the reign and songs of King Dinis. Finally, I confront the attributions that come from these interpretations, such as “nationalization policy”, “Provençalism”, “renewal” and “originality”, based on the analysis and contextualization of Dinis’s songs. In this way, I seek to highlight the nuances and complexities of modern interpretations of King Dinis and the Galician-Portuguese lyric.

KEYWORDS: Galician-Portuguese lyric; King Dinis; Portuguese historiography.

*E-mail: felipe7cordas@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-7229-8983>

DOI: 10.22456/1983-201X.138915
Anos 90, Porto Alegre, v. 31 – e2024110 – 2024



Este é um artigo Open Access sob a licença CC BY

A poesia trovadoresca e o amor cortês são difundidos como manifestações essencialmente medievais, ainda que somente sob uma compreensão escolar. A historiografia especializada costuma balizar o “espetáculo trovadoresco” entre o século XII, com a abrangente circulação de culturas na região da Aquitânia, e a primeira metade do século XIV, com seu silenciamento ocorrendo nas cortes portuguesas. Se o início desta manifestação poético-musical se deu em língua occitana ao redor de destacados nobres, como Guilherme IX (1071-1127), conde de Poitiers, os versos finais tiveram o galego-português e a corte do rei D. Dinis (1261-1325), de Portugal, como portadores de seus últimos suspiros.

O posicionamento dessa prática como um fenômeno circunscrito aos séculos XII e XIV atribui-lhe características de uma temporalidade específica, tal como aos grupos sociais que a manifestaram. Assim, o fenômeno trovadoresco passa a ser associado a conceitos que organizam e estruturam as representações que dão forma ao período medieval, como problematizou Ankersmit (1988) acerca dos esquemas narrativos da representação historiográfica.¹ Logo, operar a partir da forma da história medieval, é associar os cantares dos trovadores a conceitos como feudalismo, relações de serviço e benefício, valores cavaleirescos e *fin'amors*. Em contraposição, estariam as características de uma temporalidade da história moderna, cuja forma opera com outros esquemas de representação e na qual não caberia mais este fenômeno.

Ainda que certos recortes e periodizações tenham uma função pedagógica, esta maneira de interpretação simplifica a historicidade do objeto em questão, por vezes, mais dinâmico, fluido e complexo. Além disso, a crítica historiográfica também possui lugar de destaque na compreensão do passado, pois revela como certos temas, práticas e eventos foram interpretados e auferiram sentidos históricos; em alguns casos, teleológicos. Este é o argumento central que apresento neste artigo: compreender a historicidade da poesia trovadoresca a partir de suas relações entre a última geração de renovação – a corte de D. Dinis – e as imagens historiográficas promovidas nos séculos XIX e XX.

Dentre os poetas líricos que os cancioneiros legaram, D. Dinis se destaca pela maior quantidade de cantigas registradas. Ao todo, formam um conjunto de 137 trovas, entre 50 cantigas de amigo, 73 cantigas de amor, 10 cantigas de escárnio e maldizer e 3 pastorelas. Porém, a meu ver, não é apenas um critério quantitativo que o destaca. D. Dinis foi rei de Portugal entre 1279 e 1325. Como intento discutir as temporalidades atribuídas à poesia lírica trovadoresca, esse fato ocupa um lugar central para mim. Isto porque suas trovas ganham um lugar institucionalizado na história de Portugal.

A historiografia portuguesa do final do século XIX e do século XX dedicou um lugar de especial visibilidade ao reinado de D. Dinis. No entanto, seu governo não é caracterizado da mesma maneira ao longo do tempo. A partir das demandas políticas e culturais, os historiadores, em seus respectivos contextos, operaram com categorias distintas para interpretar o passado. Nisto, as cantigas e o reinado de D. Dinis foram compreendidos a partir de questões como o nacionalismo, identidade cultural e a formação do Estado. Ao confrontar tais leituras com a análise poético-musical das cantigas de D. Dinis procuro destacar como a arte trovadoresca peninsular assumiu diferentes sentidos para a história de Portugal.

Para isso, proponho, inicialmente, problematizarmos como a atuação trovadoresca de D. Dinis ressoou e foi interpretada nos tempos que o sucederam e, posteriormente, pela filologia e pela historiografia dos séculos XIX e XX. Por fim, confrontaremos tais interpretações com as cantigas de D. Dinis e seus aspectos estilísticos, tanto poéticos como musicais.

D. Dinis, Portugal e a lírica galego-portuguesa

*Eis depois vem Dinis, que bem parece
Do bravo Afonso stirpe nobre e dina,
Com quem a fama grande se escurece
Da liberalidade Alexandrina.
Co este o Reino próspero florece
(Alcançada já a paz áurea divina)
Em constituições, leis e costumes,
Na terra já tranquila claros lumes.*

*Fez primeiro em Coimbra exercitar-se
O valeroso ofício de Minerva;
E de Helicon a Musas fez passar-se
A pisar de Mondego a fértil erva.
Quanto pode de Atenas desejar-se
Tudo o soberbo Apolo aqui reserva.
Aqui as capelas dá tecidas de ouro,
Do bácaro e do sempre verde louro.²*

Cerca de 250 anos após a morte de D. Dinis, Portugal estendia-se para além do ocidente ibérico. O mundo atlântico que se abriu ganhou contornos de destino e prenunciou o zênite do Império. Neste auspicioso contexto, Camões pôs em versos a epopeia lusitana, na qual D. Dinis é caracterizado como um rei edificante; sob seu governo, o reino floresceu tanto no âmbito moral e material, como no cultural. O poeta maior dedica toda a estrofe 97 de seu Canto III – a segunda, no excerto – para exaltar a dedicação do monarca ao conhecimento, referindo-se à criação dos Estudos Gerais, e a sua entrega à poesia lírica. É a construção de uma imagem de D. Dinis como rei culto e trovador na perspectiva da própria história de Portugal.

Tal imagem chega a ganhar sentido profético em Fernando Pessoa, para quem D. Dinis, “ao ouvir a voz da terra ansiando pelo mar”, torna-se o “plantador de naus a haver”. Nos versos do poeta, o cantar de amigo do rei, tornou-se o arroio do Império; “o som presente desse mar futuro”.³ Neste caso, porém, ainda que a poesia seja a base de sua sensibilidade em direção ao futuro, são os pinhais de Leiria que produzem as navegações, legando ao rei também o epíteto de “O lavrador”.

Aproximando-nos dos tempos dionisinos, quando da morte do rei, o lamento *Os namorados que trobam d'amor* (B1117)⁴, do jogral leonês João, descreve um retrato do impacto de sua ausência na cultura trovadoresca:

*Os namorados que trobam d'amor
todos deviam gram doo fazer
e nom tomar em si nêum prazer,
porque perderam tam bõ senhor
com'el-rei dom Denis de Portugal,
de que nom pode dizer nêum mal
homem, pero seja posfaçador.*

*Os trobadores que pois ficarom
eno seu reino e no de León,
no de Castela, [e] no d'Aragon,
nunca pois de sa morte [mais] trobarom.
E dos jograres vos quero dizer:
nunca cobrarom panos nem haver
e o seu bem muito desejaram.
[...]
(B 1117)*

A despeito de ressaltar as qualidades de D. Dinis como generoso benfeitor e “d’amor trobador”, a cantiga lamenta a ausência dessa generosidade para com os jograis e trovadores na corte do sucessor. Tal crítica pode ser notada nos versos em que o jogral, por um lado, enaltece que sob a benfeitoria do rei-poeta não se passava necessidade, enquanto, por outro, sequer cita D. Afonso IV (1291-1357), mas evocando uma esperança na finda, de que o futuro Pedro I (1320-1367) corrigisse a injustiça. Podemos inferir, assim, que a cultura trovadoresca não ocupava lugar de prestígio na corte do rei Bravo.

Em contrapartida, a corte senhorial de D. Pedro Afonso, filho bastardo mais velho de D. Dinis, mostra-se ainda como um reduto profícuo à atividade trovadoresca. Nela, possivelmente se teria produzido o material referente ao Livro das Cantigas, com o qual o conde de Barcelos presenteou Alfonso XI, de Castela, e que pode ter sido a matriz para o Cancioneiro da Ajuda.⁵ Ademais, sua corte é marcada por uma intensa atividade política associada aos trovadores, em destaque, as cantigas em que Estevão da Guarda, João da Gaia e o conde D. Pedro satirizam os privados de D. Afonso IV.⁶ A contextualização dessas cantigas mostra que tanto a arma da sátira como a simbologia do *fin’amors* e seus valores de honra e vassalagem ainda se mantinham como instrumentos úteis no espaço político.

Mesmo após a morte do conde de Barcelos, ainda encontramos referências quanto à circulação da poesia trovadoresca nas gerações posteriores e, em especial, as trovas de D. Dinis. Um caso emblemático é a carta de D. Iñigo López de Mendonça, o Marquês de Santillana, escrita em 1449, e endereçada ao condestável D. Pedro, de Portugal. O Marquês apresenta o tetravô de seu interlocutor inserindo-o no contexto galego-português como o rei poeta, ao lado de João Soares de Paiva e de Fernão Gonçalves de Seabra, tornando-os representantes de um modelo temático e formal da lírica galego-portuguesa respectivamente (Cf. Gonçalves, 1993a, p. 14). Lang chega a propor que Santillana tenha ainda convivido com o final das gerações trovadorescas (2010, p. 64). Sendo suficientemente próximo deste tempo, o Marquês poderia ter conhecido essa tradição literária a partir de fontes fidedignas. Logo, na carta, Santillana, além de revelar conhecimento acerca dos “deçires gallegos e portugueses”, afirma ter visto um cancioneiro que continha, em grande parte, cantigas de D. Dinis, podendo ser este o livro catalogado na biblioteca do rei D. Duarte (1391-1438), o segundo monarca da dinastia de Avis (Cf. Lang, 2010, p. 105).

A presença desse livro de cantigas na biblioteca de D. Duarte, a carta do Marquês de Santillana e mesmo a referência em Camões indicam que a lírica galego-portuguesa ainda circulou após a segunda metade do século XIV. De certo, não são indícios de uma continuidade, mas de que as transformações culturais que promoveram as novas formas da poesia galego-castelhana não surgiram da ruptura com a tradição galego-portuguesa. Face aos novos motivos introduzidos na renovação tardia da corte dionisina, ou mesmo à presença de alguns modelos trovadorescos nos cancioneiros quatrocentistas (Cf. Tavani, 2002, p. 21), poetas e nobres ainda mantinham o interesse nas tradições líricas peninsulares.

Isso também pode ser visto, inclusive fora do espaço geográfico peninsular, nos cancioneiros apócrifos italianos. Confeccionados a mando do humanista Angelo Colocci, os denominados Cancioneiro da Biblioteca Nacional e da Vaticana são fruto da circulação e interesse, já no século XVI, na poesia galego-portuguesa. Ressalva-se que Colocci utilizou uma das cópias para estudo – Cancioneiro da Vaticana – na qual fez apontamentos e escreveu rubricas atributivas (Cf. Tavani, 2002, p. 88). Portanto, penso que ainda que não se tenham mais novas composições dentro do modelo galego-português a partir do último quartel do século XIV, ainda é notável sua circulação nos séculos seguintes em grupos associados à arte poética.

Contudo, essa memória não está ausente de disputas sobre a construção do passado de Portugal, como pode ser visto em outras documentações. No caso, a crônica de D. Dinis, de Rui de Pina (1440-1495), produzida no início do século XVI, evidencia algumas questões importantes para a documentação em que a historiografia posterior se embasou. Rui de Pina atuou como cronista durante os reinados de D. João II (1455-1495) e D. Manuel (1469-1521) e escreveu a história dos reis portugueses desde a primeira dinastia, das quais conhecemos apenas oito. Apesar de questionarem os exageros de sua narrativa, Rui de Pina se preocupa em mostrar como se apoiou em documentos para elaborá-la, atribuindo-lhe uma áurea fidedigna, que seduz ainda hoje. De Frei Francisco Brandão às gerações posteriores, grande parte das narrativas e interpretações historiográficas sobre D. Dinis têm tomado por base as crônicas de Rui de Pina.

Em sua “Chronica do muito alto, e muito esclarecido príncipe”, Rui de Pina o apresenta:

Este Rey do começo de seu Regnado atee ho fim delle sempre em todos seus feytos foy Rey muy excellente, e por seu boom nome conhecido et estimado por tal amtee todos los Reys et principes do mundo. ca teve em perfeiçam tres virtudes. ha saber verdade. justiça. et nobreza. [...] Defendeo et favoreceo muyto os lavradores aque chamou nervos da terra et do Regno [...] E ffez muytas lex por bom Regimento da terra et todas sem alguma quebra per si sempre guardo et mandou inteiramente guardar. (Pina, [s.d.], fl. 1r-3r).

O dedicado cronista enaltece o monarca a partir de seus feitos e classifica o reinado como excelente em toda sua duração. Porém, destaca-se a caracterização do rei a partir de virtudes genéricas que representam a própria nobreza, além de sua bondade e favorecimento aos lavradores que, pela descrição da crônica, foram especialmente favorecidos pelas políticas dionisinas. Para o cronista, no entanto, a eficácia de D. Dinis em distribuir a justiça, em legislar e ordenar o reino são os pontos principais do período.

Ressalvo que essa documentação exige alguma reflexão crítica, tanto pela sua tipologia, como pelas condições contextuais de sua produção. Ancoro-me em Guimarães, que explica,

[uma] crônica histórica tardo-medieval é uma realização discursiva narrativa, construída a partir de pressupostos de uma tradição literária cristã, retomada e recriada por seus cultores, com intenção de verdade, ainda que incorpore elementos ficcionais que servem a essa verdade. (Guimarães, 2012, p. 57-58).

Logo, sua construção não está associada aos parâmetros científicos da história moderna documental, mas tampouco renuncia a um critério de veracidade. Há uma estrutura narrativa que busca, por meio do agenciamento dos fatos, elaborar a imagem monárquica almejada: o rei muito sábio, justo e poderoso, reconhecido e respeitado pelos seus pares. Essa narrativa projeta a imagem construída de D. Dinis no próprio D. Manuel I, estabelecendo um comparativo entre os monarcas. Assim, os acontecimentos da Crônica são devidamente apresentados com vistas à construção de um modelo,

legitimado por meio dessa forma narrativa. Recorrendo mais uma vez a Guimarães, “[e]la foi geral ou particular, construída à volta de um reinado ou individualidade, para legitimar seus promotores e servir de modelo (com exemplos e contraexemplos) para a sociedade política” (Guimarães, 2012, p. 58).

No entanto, ainda que apresente de forma exuberante as qualidades monárquicas de D. Dinis, Rui de Pina não cita sua faceta lírica. Considerando que o livro de cantigas destacado pelo Marques de Santillana fora visto na biblioteca de D. Duarte há poucas gerações do período de atuação do cronista, há uma considerável probabilidade de tê-lo conhecido ou apenas saber de seu lugar enquanto trovador. Acredito, por outro lado, que estamos diante de outra condição: a qualidade de trovador não atribui ganhos políticos a D. Manuel. O modelo de legitimação monárquica, neste caso, apresenta valores que já se diferenciam do modelo que concebia um rei-trovador.

Sob esse entendimento, penso que abrimos uma importante questão: D. Dinis não cultivou o gaio saber somente; ele o cultivou enquanto rei. Outros monarcas, como Alfonso VIII e Fernando III, de Castela, Sancho II e D. Afonso III,⁷ de Portugal, foram, igualmente, promotores do espetáculo trovadoresco. Porém, no caso da lírica galego-portuguesa, Alfonso X (1221-1284) e D. Dinis foram reis trovadores. Ademais, durante seus reinados houve uma significativa produção jurídica e cultural na qual a historiografia se fundamentou para os caracterizar como reis sábios e cultos.

Em outros trabalhos dediquei-me a investigar os sentidos políticos e jurídicos das cantigas de D. Dinis.⁸ O problema ao qual me dedico aqui é de outra natureza: como a historiografia atribuiu sentidos políticos às trovas dionisinas e, por meio dessas interpretações, categorizaram temporalmente um modelo cultural e político de rei-trovador. Para tanto, partiremos para os séculos XIX e XX a fim de investigarmos como a historiografia contribuiu na construção da imagem d’O Trovador.

O Trovador e a Nação: imagens historiográficas nos séculos XIX e XX

A consolidação da história enquanto disciplina, em sua forma contemporânea, teve como berço – como Patrick Geary enfaticamente denunciou – uma paisagem envenenada pelo nacionalismo étnico. Em seu importante livro, Geary problematiza e demonstra como a filologia, a arqueologia e a história constituíram-se em um cenário de afirmação dos Estados-nações. Em seu argumento, “Os métodos modernos de pesquisa e escrita de história não são instrumentos neutros da academia, mas ferramentas desenvolvidas especificamente para favorecer os propósitos nacionalistas” (Geary, 2005, p. 28).

Ressalvo, no entanto, que esse cenário foi igualmente conformado pelos sentidos políticos imputados a partir do conceito de Estado, no século XIX. Desse modo, ao passo que o nacionalismo promoveu narrativas que projetavam as origens culturais dos povos que constituíram o espaço geográfico europeu, a outra dimensão dessa investida se deu sob a gênese do Estado. Como parâmetro, foi dada a experiência do Estado burocrático e possuidor do monopólio da força, em que o poder político eficaz, capaz de ser reconhecido enquanto “Estado”, deveria ser centralizado e monopolista.

Logo, incitou-se à teleologia de que o movimento da história era a constituição do Estado-nação. Em igual medida, os medievalistas lançaram-se à missão de abrilhantar a “Idade das Trevas”, voltando-se a “mostrar que o chamado ‘Estado Moderno’ e suas virtudes tinham raízes no medievo, ou seja, originaram-se nessa época” (Coelho, 2014, p. 41). Para a Península Ibérica, essa perspectiva acomodou de bom grado as narrativas que a colocaram na “vanguarda política medieval”, visto que a Reconquista teria propiciado a centralização precoce da monarquia (Cf. Coelho, 2014, p. 41-42).⁹ Assim, os historiadores foram à caça dos bons governantes, aqueles que foram capazes de institucionalizar o poder frente à concorrência da nobreza e da Igreja. D. Dinis se destaca sob esse viés, ficando conhecido como um rei que “fez tudo quanto quis”.¹⁰

Não são escassos os exemplos que a historiografia portuguesa nos concede para verificarmos como esse modelo se desenvolveu e posicionou temporalmente os monarcas medievais. Para demonstrar isso, destacarei como algumas obras de síntese da história de Portugal abordam o reinado de D. Dinis a partir do poder político. Um dos principais historiadores portugueses do século XIX, Alexandre Herculano, não chega a trabalhar diretamente com período dionisino, encerrando sua História de Portugal no reinado de D. Afonso III.¹¹ Aos reis que o sucedem, Herculano atribui etiquetas genéricas e adjetivantes, como pontuou Oliveria Martins,

D. Diniz foi um aváro. Affonso IV um homem de juizo, Pedro I um doido com intervallos lucidos de justiça e economia. Assim A. Herculano caracteriza os tres monarchas, a quem já fôra concedido reinar sobre Portugal integralmente constituido, dentro dos limites das suas fronteiras actuaes. (Oliveira Martins, 1908 [1880], ps. 1285).

Dentre os autores que abordam o reinado de D. Dinis, Oliveira Martins o destaca de modo peculiar: “já não é analfabeto, e mede bem o valor da sciencia: prova-o a fundação das Escolas” (Oliveira Martins, 1908 [1880], ps. 1493). A criação dos Estudos Gerais concede ao monarca um lugar cultural que também é fruto da familiaridade de um modelo presente de governança. Para Oliveira Martins, contudo, este período ainda carecia das ferramentas e métodos de governo adequados à política correta: “Foi só desde o XV século que o desenvolvimento das nações peninsulares permittiu aos reis começarem a ter consciência do carácter jurídico-social do seu cargo” (Oliveira Martins, 1908 [1880], ps.1288).

Se ao final do século XIX o poder político de D. Dinis é interpretado como “incompleto”, vemos ao longo do século XX a historiografia categorizá-lo a partir de diferentes parâmetros. O nacionalismo assume o protagonismo na interpretação de Ângelo Ribeiro (1936), que vê nas ações do monarca “valores nacionais” que moldaram o prelúdio de Portugal. No âmbito cultural o destaque corresponde à oficialização da língua portuguesa. Para ele, as trovas não possuem um efeito prático na política do reino e, a elas, destina apenas um elogio estético:

Seguindo o exemplo do avô castelhano, Afonso, o Sábio, cuja coletânea legislativa, as Siete Partidas, mandou traduzir em língua portuguesa, prestaria ainda outro inesquecível serviço, determinando que os actos judiciais e notariais fossem redigidos no falar do vulgo, e não em latim, como era tradição. **E mais talvez por esse motivo do que pelas suas trovas, aliás, formosíssimas**, D. Dinis contribuiu para o avigoramento e fixação da língua nacional. (Ribeiro, 1936, ps. 238. Frisos nossos).

Ao avançarmos o século XX, as análises sobre o reinado dionisino atribuem maior destaque a sua atuação política e a demanda da centralização passa a figurar entre os trabalhos especializados. Oliveira Marques propõe que, sob sua regência, Portugal teria chegado ao apogeu da Idade Média. No entanto, a habilidade de trovador aparece como mérito individual e seria consequência da prosperidade que o desenvolvimento do comércio e a paz viabilizaram. Dessa forma, Oliveira Marques argumenta que,

De 1297 a 1320 um período de paz interna e externa caracterizou o apogeu do reinado de D. Dinis e provavelmente o apogeu da Idade Média portuguesa. As querelas civis tinham sido apaziguadas. Com o clero, D. Dinis assinara a concordata em 1289, que pôs fim a uma longa fase de disputas. Em 1288 fundara-se em Lisboa a primeira universidade. O português tornou-se língua oficial do País. **A corte régia era um centro de cultura, com o próprio monarca distinguindo-se pelos seus méritos de poeta.** Portugal prosperava mercê do desenvolvimento do comércio e do artesanato. (OLIVEIRA MARQUES, 1977, p. 175. Frisos nossos).

Fica evidente como as ações políticas protagonizadas por D. Dinis são lidas à luz da formação da Nação, e os feitos do monarca passam a estabelecer um sentimento precoce de nacionalismo. Isso também pode ser visto na obra de Joaquim Veríssimo Serrão, para quem D. Dinis era “uma pessoa culta que fez da ação política uma forma superior de conduzir o seu povo” (Serrão, 1979, p. 247). Em linhas gerais, sintetiza o governo nas seguintes frentes de ação:

[B]usca de uma fronteira estável que levou à formação do sentimento nacional; a organização interna, buscando os caminhos da justiça e do fomento; o cuidado posto na organização da marinha e na defesa dos castelos; a protecção que dispensou à cultura, à religião e à arte, dotando o reino de um Estudo Geral e fundando mosteiros e escolas; e finalmente, não permitindo que o poder senhorial, mesmo na pessoa de seu filho D. Afonso, pusesse em causa o princípio da soberania que era atributo da realeza. (Serrão, 1979, p. 247).

Percebemos que a análise de Serrão reconhece nas ações do monarca uma orientação para o bem do reino. Esta, para o autor, resulta de uma consciente noção de identidade nacional, chegando a imputar a “certeza consciente de que Portugal passava a existir como Pátria” durante o governo de D. Dinis (1979, p. 256). Ressalta-se, também, que as ações políticas são atribuídas a D. Dinis, revelando um poder que se impõe frente à concorrência do poder senhorial.

Pouco a pouco, a historiografia passa a categorizar o reinado de D. Dinis como período essencial para a formação de um sentimento de identidade nacional portuguesa, no campo cultural, assim como na constituição da gênese do Estado. Seguindo esse caminho, José Mattoso posiciona de forma ainda mais enfática esse papel. Em sua obra “Identificação de um país...”, o autor propõe um recorte temporal tomando como ponto de partida o surgimento do Condado Portucalense como uma entidade política, em 1096, e o limite de sua análise seria justamente o reinado de D. Dinis.

Ao fim do período, que fixámos em 1325, data da morte do rei D. Dinis, pode-se considerar não apenas o termo de um reinado, mas sobretudo o momento final do período de criação e montagem dos principais órgãos do Estado monárquico português, agora dotado de instrumentos eficazes de centralização. (Mattoso, 1995 [1985], p. 65).

A temática do nacionalismo e da centralização estão intrinsecamente relacionadas para Mattoso, que vê neste processo uma configuração consciente de criação da nação a partir de uma “política nacional”.

Como se vê, D. Dinis seguiu em todos estes passos uma política de nacionalização extremamente coerente e de tal modo determinada que se pode considerar como precursora de processos de concentração de forças políticas nacionais usados depois pelas monarquias da segunda metade do século XV. (Mattoso, 1997, p. 133).

Por mais que reconheça a política nacionalista e a centralização do poder por parte de D. Dinis, Mattoso ainda o categoriza como “fim de um tempo”. Dessa forma, D. Dinis é situado nos chamados “tempos de crescimento”, que antecedem os “tempos de crise”.¹² Pertencendo a uma geração posterior, Carvalho Homem e Pizarro se dedicam a “arrumar” essa etiqueta de época. Ao orientar sua análise para a organização dos poderes, ou seja, para uma compreensão política da ação, Carvalho Homem questiona se o “Estado dionisino apresentará algumas características de (nascente) *modernidade*, na acepção em que este termo é hoje tomado por vastos sectores da comunidade historiográfica internacional” (1996, p. 162). Assim, o historiador sugere uma abordagem estatista pela qual D. Dinis situar-se-ia dentro de um “take-off” do Estado Moderno, cronologicamente situado entre os anos de 1280 e 1360.¹³

A proposta de Carvalho Homem dispensa a contraposição entre “tempos de crise” e “tempos de expansão” para sublinhar que os tempos dionisinos marcam o surgimento de um poder público caracterizável dentro dos princípios do Estado moderno. Pizarro, historiador dedicado ao estudo da nobreza portuguesa, segue de perto essas conclusões. Dando continuidade à proposta de Carvalho Homem, Pizarro amplia o contexto ibérico para um contexto “internacional”, em que se reconhece o desabrochar das estruturas burocráticas estatais (Cf. Pizarro, 2008, p. 17-18).

Pizarro, entretanto, não se abstém de ressaltar o lugar de D. Dinis nestes novos tempos, que não chega a classificar como parte dos “tempos modernos”, mas como um “renascimento ou refundação da nação” (2008, p. 19). Sustenta tal perspectiva somando os argumentos de Carvalho Homem aos de José Mattoso, que, como vimos, já apontava para uma “coerente política de nacionalização”. Na auspiciosa (re)fundação da pátria sob o selo do Estado, D. Dinis deslança novos tempos.

Tal leitura encontrou terreno fértil na historiografia contemporânea. A associação jurídico-administrativa com os aspectos culturais aproxima D. Dinis dos modelos atuais de governança, permitindo atribuir-lhe o lugar de gênese/origem da Pátria. Tal leitura é endossada por Lachi, que afirma que

a força e o prestígio alcançados pelo reino português deveram-se, mais do que a qualquer outro governante, a D. Dinis, que pelas medidas tomadas e seus consequentes benefícios, se configura como o grande arquiteto da edificação do Estado luso na Península Ibérica, o que parece não ter sido compreendido até os dias de hoje. (Lachi, 2000, p. 27).

De certo, tais perspectivas necessitam de uma revisão crítica. Penso que já explorei como os exemplos historiográficos acima tomaram o nacionalismo e o Estado como modelo para orientar seu olhar ao passado. Não obstante, acredito que a questão da centralização ainda precisa ser discutida. Uma renovação na história política e das instituições se contrapõe à leitura centralista a partir de um modelo político presente nas fontes medievais: o modelo corporativo.¹⁴ Nele, diferentemente de uma visão monopolista, “o poder político aparecia disperso por uma constelação de pólos relativamente autônomos, cuja unidade era mantida, mais no plano simbólico do que no plano efectivo, pela referência a uma cabeça única” (Hespanha, 1994, p. 297). Trata-se de uma organização supraindividual em que a analogia do corpo está fundamentada sob uma ordem natural, a partir da qual a sociedade se autorrepresenta e em que todos os órgãos desta se autorregulam. O rei, sendo a cabeça, ordena, diz a justiça de um lugar superior, mas não aniquila as jurisdições dos demais membros, essenciais ao cumprimento das respectivas funções no universo do corpo.

Este modelo, entretanto, do ponto de vista da interpretação histórica, costuma ter sua operatividade questionada, alegando-se seu caráter meramente teórico e ideológico, impossível de se realizar no tempo. Contrapondo-se a tais questionamentos, Maria Filomena Coelho explica que a abstração filosófica do modelo não suprime sua materialidade, visto que

os desafios provocados pelos cenários cotidianos exigem respostas teóricas e práticas, que, apesar de evocarem o além, fazem-no por meio de argumentos que explicitam fundamentos terrenos de dominação, e alcançam legitimidade teórica e eficácia prática apoiados na ideia da cristandade como comunidade cívica de pretensão universal. (Coelho, 2023, p. 45-46).

Sob esse entendimento, notamos que a perspectiva da centralização simplifica as relações políticas por buscar o exercício do poder a partir de um polo. Sua eficácia, depende da capacidade de exercê-lo de forma monopolista. Isto esconde a pluralidade e a concorrência entre os corpos jurídicos e oferece uma visão distorcida da dinâmica política medieval. Em alternativa, o modelo corporativo mostra-se

mais operativo por evidenciar um cenário mais matizado e que interpreta as ações políticas a partir de uma lógica própria a seu tempo.

Ao seguirmos por essa interpretação, entendo que as categorias que foram utilizadas para posicionar o reinado de D. Dinis não correspondem a sua historicidade. Atribuir sentidos de “política nacional”, “(re)fundação da Pátria” ou “Estado moderno” é posicionar D. Dinis fora de seu próprio tempo.

Com isso, não estou atribuindo um estigma pejorativo a essas interpretações ou tampouco retirando seu valor como estudos históricos; seria imprudente deixar-me seduzir pela ingenuidade de que minha produção não é permeada pelas demandas do meu próprio tempo. A história se faz com fontes, mas também com a historiografia. A análise realizada nesta seção nos permite ver como as demandas do Estado-nação promoveram leituras acerca do reinado de D. Dinis. Resta-nos, agora, adentrarmos nos estudos feitos sobre suas cantigas e como estão relacionadas a essas interpretações.

As cantigas de D. Dinis: entre conexões e uma identidade cultural

A redescoberta dos cancioneiros¹⁵ e o interesse pela lírica galego-portuguesa medieval no século XIX também estiveram na agenda da filologia e da historiografia nacionalistas. As cantigas de D. Dinis estiveram no centro desse interesse, tanto pelas características estilísticas, quanto pelo seu papel social como rei-trovador. Fruto desse contexto, já em finais do século XIX, o filólogo Henry R. Lang organizou uma primeira edição contemporânea do que seria o “Cancioneiro del’Rei Dom Denis”, uma edição crítica na qual o filólogo apresenta, em 1894, todas as cantigas do monarca em um único volume. Em sua análise, Lang situa o monarca no espírito de sua época, considerando a prática trovadoresca, assim como o culto ao direito e a devoção religiosa, como cultura própria do contexto nobiliárquico (Lang, 2010, p. 84).

O trabalho de Lang assume como principal meta a comparação entre a tradição poética ibérica e a de além-pireneus, buscando compreender em que pontos coincidem e dependem uma da outra. Para Lang, D. Dinis é um dos poetas que permitem elaborar melhor essa comparação.

Denis destaca-se entre seus contemporâneos não apenas pelo número, mas também pela variedade de conteúdo de suas cantigas de amor, porém está aquém de muitos predecessores, como por exemplo Joham Ayras de Santiago, Pero Garcia Burgalez, em frescor e originalidade de concepção. Não há como decidir se as não raras coincidências de expressão e pensamento, que se percebem entre algumas de suas cantigas e as de seus antecessores, se explicam por imitação em relação a estes ou por utilização de uma fonte comum. (Lang, 2010, p. 108).

Revela-se no diagnóstico de Lang uma percepção que já fora demasiadamente debatida nos estudos acerca da estética e dos modelos de operação da poesia medieval. Questões como imitação e coincidências de expressão foram problematizadas à luz de conceitos como as tópicas e de concepções acerca da própria formalidade composicional da arte de trovar (Cf. Spina, 2009; Eirín Garcia, 2016). No entanto, é importante destacar que Lang reconhece características autóctones na lírica ibérica, principalmente, nas cantigas de amigo, e salienta que o período dionisino, em que se fortalecem novamente as influências estrangeiras, se caracteriza pela projeção dessa arte.

Ainda mais favoráveis que durante o reinado de Afonso III, firmaram-se as condições para o cultivo da lírica, bem como da literatura, principalmente no reinado do seu filho e sucessor Denis (1279 – 1325), cujos círculos palacianos, em virtude do estado de organização e da crescente prosperidade de que Portugal então desfrutava, puderam dedicar-se, muito mais que antes, à sociabilidade mais refinada e ao entretenimento intelectual. (Lang, 2010, p. 82).

Em contraste, Carolina Michaëlis de Vasconcellos, filóloga contemporânea de Lang, discorda dessa cronologia, sugerindo que a época dionisina não seria o apogeu, mas o final do esplendor trovadoresco (Vasconcellos, 1904, p. 76). Esse entendimento, no entanto, desconsidera o papel efetivo que as cantigas produzidas na corte do Conde de Barcelos tiveram na política portuguesa.¹⁶

A influência provençal em D. Dinis parece se destacar para boa parte da crítica especializada, levando-o a ser caracterizado como um “poeta em maneira provençal” (Gonçalves, 1993b, p. 208). Vasconcellos credita esse grau de influência a uma possível educação literária “afrancesada”, referindo-se à presença de Aymeric D’Ébrard como preceptor do rei. Uma historiografia mais recente reviu essa explicação, propondo, ao contrário, que a educação de D. Dinis foi totalmente “nacional”.¹⁷ Por óbvio, ambas as perspectivas merecem uma reflexão crítica.

No que tange ao papel da produção lírica dionisina na História de Portugal, as leituras dos séculos XIX e XX foram marcadas pela intensa presença das demandas nacionalistas, como vimos anteriormente. Se, por um lado, as trovas do rei português serviram de evidências para essa historiografia, cujos anseios se orientavam para estabelecer as origens da Nação, por outro, os trabalhos de Lang e Vasconcellos, apontam para uma forte influência provençal nas poesias de D. Dinis. Esse elevado grau de influência da cultura, tanto da *langue d’oc* como da *langue d’oïl*, também expõem a fragilidade da explicação nacionalista.

Nesse sentido, é importante ressaltar que D. Dinis cresceu em um ambiente de várias matrizes culturais. O poeta-rei é filho de D. Afonso III (1210-1279), educado na corte de Bolonha, e de Beatriz, filha bastarda de Alfonso X, portanto criada no caldo das culturas de Castela. Dessa forma, desvela-se um ambiente propício para a convergência de influências. A este cenário, ainda se soma o universo cultural da corte aragonesa por meio do casamento com a princesa Isabel (Cf. Muniz, 2009, p. 422).

Apesar de considerar que a corte de D. Dinis estivesse aquém da cultura trovadoresca que o antecedeu, Vasconcellos conclui que não só numericamente, mas também qualitativamente, a poesia do monarca possui grande valor, em pé de igualdade com os compositores provençais (Vasconcellos, 1904, p. 37, 228 e 600). Tal comparação é uma marca constante quando a obra dionisina está em análise, especialmente, em virtude da referência ao modelo poético provençal que D. Dinis faz em duas de suas cantigas: *Quer’eu em maneira de proençal* (B 520) e *Proençaes soem mui bem trobar* (B 524). Nelas, D. Dinis utiliza referências da lírica provençal como parte de seu argumento retórico para, em ambos os casos, legitimar a autenticidade e a qualidade do trovar galego-português.¹⁸ Por isso, essas cantigas são lidas, normalmente, como uma evidência da “política nacional”.

Não obstante, é importante ressaltar a condição anacrônica e teleológica dessas perspectivas, tal como foi problematizado na seção anterior. Trata-se de um posicionamento deslocado no tempo, antecipando tal categoria política e cultural que pertence a uma temporalidade contemporânea. Isto não quer dizer que a ação poética de D. Dinis foi desprovida de um sentido coletivo e identitário. O papel institucional de rei e trovador opera na construção de uma comunidade que se reconhece enquanto reino.

Essa questão mereceu atenção de Elsa Gonçalves (1993a) e, mais recentemente, Ana Luiza Mendes (2014). Em seu estudo, Gonçalves estabelece uma relação direta entre as metáforas e alusões que D. Dinis faz em suas cantigas à condição de rei e à lógica social fundamentada nas relações de fidelidade e vassalagem. Dessa maneira, conhecedor de uma ampla cultura trovadoresca provençal e galego-portuguesa, o rei-poeta, ao se utilizar de modelos e lugares comuns, adapta-os à sua própria pessoa régia.

Com a expressão ‘poeta-rei’ pretendemos significar que D. Denis tem um lugar privilegiado entre os outros trovadores da lírica galego-portuguesa: rei, portanto, em termos figurados, representante de uma tradição poética da qual faz a síntese e o acabamento. Mas a poesia

do Rei Trovador não seria o que é, se o seu autor não tivesse sido, objectivamente, rei, isto é, suserano, legislador, promotor de uma política cultural que se manifesta em várias iniciativas e de uma vida de corte em que a poesia era, umas vezes ‘solaz’, outras vezes ‘apostila de mal dizer’. (Gonçalves, 1993a, p. 14).

Gonçalves apresenta alguns exemplos a partir de comparações entre o vocabulário régio jurídico e a cultura vassálica. Em sua análise, a pesquisadora põe o foco sobre a instituição monárquica e em como D. Dinis, por meio do ato de trovar, a fortalece. Termos que serviam a outros trovadores, cantados por D. Dinis, reassumem significados plenos das instituições por ele representadas. Isto pode ser visto na seguinte cantiga:

*Da mia senhor, que eu servi
sempre que mais ca mi amei,
veed', amigos, que tort'bei,
que nunca tam gram torto vi:
ca, pero a sempre servi,
grand' é o mal que mia senhor
mi quer; mais quero-lh'eu maior*

*mal que posso: sei, per gram bem,
lhi querer mais ca mim nem al;
e se aquest' é querer mal,
est' é o que a mim avém:
ca pero lhi quero tal bem
grand' é o mal que mia senhor
mi quer; mais quero-lh'eu maior
(B505)*

O trovador afirma a qualidade e a fidelidade de seu serviço, ainda que “sua” *senhor* não o reconheça. Então, o trovador se lança a um jogo de palavras entre o querer mal – o sentimento da dama – como resultado de seu amor. Promete querer-lhe ainda mais o mal, pois significaria, então, amá-la ainda mais. Este intrigante jogo é reforçado pelo recurso de ligação do conteúdo entre as estrofes, conhecido como *ateúda até finda*. De forma semelhante, D. Dinis apresenta a mesma temática na última estrofe da cantiga *Senhor fremosa, por qual vos Deus fez*,

*E sabem quantos sabem vós e mi
que nunca cousa come vós amei;
des i sabem que nunca vos errei
[e] er sabem que sempre vos servi
o melhor que pud'e soubi cuidar;
e por en fazedes de me matar
mal, pois vo-l'eu, senhor, nom mereci.
(B519b)*

Nessas cantigas, o serviço e a fidelidade, com todo o valor simbólico para a ordem social, são explorados institucionalmente por D. Dinis. Trata-se, justamente, de um tema que estava em questão nos tempos dionisinos, tanto pelas contínuas revoltas encabeçadas pelo seu irmão Afonso, como pela insurreição de seu filho, o infante e futuro rei D. Afonso IV, nos anos finais de seu reinado.¹⁹ Pela destacada produção do rei e dos trovadores de sua corte abordando essa temática, a arte trovadoresca mostra-se como uma forma eficaz de fortalecimento de tais valores. O rei, a partir das cantigas, promove um discurso que visa a manutenção da ordem e dos valores nobiliárquicos.

Quanto ao caráter estilístico, o lugar de fala da realeza insere, segundo Gonçalves, uma ressignificação emuladora. Desse modo, D. Dinis revela não somente o domínio e conhecimento do gaio saber provençal – e mesmo da tradição ibérica –, como dá novos significados às formas reutilizadas, sem comprometer a originalidade de seus motivos.

D. Denis, pertencendo a uma tradição poética em que avultam personalidades como o Rei Sábio, Martin Soares, Pero Garcia Buralês, Joan Airas de Santiago, Pero Meogo ou Estevan Travanca, quando compõe cantigas de amor, de amigo ou de escárnio e mal dizer, imita os que o precederam, cita-os de forma explícita ou alusiva, tece, em suma, toda uma rede de intertextualidades feita de apropriação, transformação, subversão parodística. Como se, através do trabalho intertextual, o poeta tardio concretizasse um ideal de condensação, de recapitulação e síntese de toda a tradição poética e, ao mesmo tempo, de confronto criativo. (Gonçalves, 1993a, p.18).

O que marca seu trovar é, antes de mais, o fato de ser um rei, característica compartilhada por outros reis, inclusive seu avô Alfonso X, com quem, de acordo com Gonçalves, D. Dinis teria forte vínculo artístico.

[O] modelo privilegiado pelo rei português é a poesia do seu régio avô e que a relação com o modelo é, muitas vezes, denunciada por uma forma (por exemplo, a oitava bipartida sobre duas rimas com fórmula silábica de versos longos e curtos) ou por uma rima infrequente (por exemplo, a rima entre *conselho* ‘opinião, ajuda’ e *en concelho* ‘publicamente’) ou por um simples lexema (*alvo*) carregado de sugestões literárias. Também na escolha do modelo estilístico a atitude de D. Denis é a de um poeta-rei. (1993a, p. 19)

Dessa forma, compreendo que a influência provençal, apesar de marcante em sua obra, não se reduz a uma adoção mimética por parte de D. Dinis. Pelo contrário, tanto pelos recursos formais utilizados em suas trovas, como por sua posição social como suserano, seu papel na poesia lírica possui um sentido de síntese da própria diversidade de sua corte. Isto é, as influências de D. Dinis, em especial seus laços de consanguinidade e matrimoniais, como lembra Gonçalves, também representam as trocas culturais que passaram no seio da corte portuguesa.

Partindo dos caminhos trilhados por Gonçalves sobre o papel político das trovas dionisinas, Ana Luíza Mendes destaca em sua leitura o caráter identitário de suas cantigas. Interpretando-as à luz do conceito de antropofagia trovadoresca, Mendes mostra como D. Dinis não reduz o domínio da lírica provençal ao ato da imitação. Em oposição ao “trovador em maneira provençal”, Mendes evidencia em sua leitura a forma como D. Dinis opera a partir das diferentes tradições líricas, a provençal e a galego-portuguesa. Tomando como fundamentação as cantigas *Quer’eu em maneira de proençal* (B 520) e *Proençaes soem mui bem trobar* (B 524), a autora afirma que, “Dom Dinis nos diz que sabe trovar como os provençais, mas também nos diz que sabe trovar diferente, e com sinceridade. Dom Dinis tem consciência de sua atividade de trovador. Ele se reconhece como tal” (Mendes, 2014, p. 8).

Na perspectiva da autora, D. Dinis possui consciência dessas identidades e, ao cantar sobre elas, promove um discurso institucional acerca da identidade do reino. Para a autora, “o rei trovador, através de uma retórica literária, defende não só a sua arte, como trovador, mas a arte do seu reino” (Mendes, 2014, p. 5). D. Dinis, ao dar publicidade de sua atividade como trovador por meio das cantigas, afirma o lugar institucional da monarquia e do reino na arte trovadoresca e realça as diferenças entre as identidades trovadorescas.

Como podemos ver, a caracterização de D. Dinis como poeta ao estilo provençal foi perdendo força para as leituras que matizaram a influência da tradição galego-portuguesa em suas cantigas, assim como seu o lugar político de enunciação. Nesta mesma orientação, as contribuições de Leticia Eirín García destacam aspectos importantes nas cantigas do rei-poeta. Para a autora, também não se trata de um poeta que apenas reutiliza as formas convencionais. A pesquisadora galega interpreta o cancionero de D. Dinis como “unha mestría realmente digna de pór en evidencia, fundamentalmente porque constitúe unha síntese da tradición lírica de que parte e das innovacións por el introducidas, ao ser un poeta tardío dentro da cronoloxía da escola” (Eirín García, 2012, p. 207). Por meio do vocabulário poético, o rei dialoga de perto com a tradição. Como rei, o poeta inova sem retirar ou excluir modelos e estilos, mas promovendo uma síntese do que circulava em sua corte. Nessa construção, o poeta, enquanto rei, contribui para a promoção e inovação da lírica galego-portuguesa.

Sobre a influência provençal em D. Dinis, Eirín García ainda alerta que,

as analoxías entre a lírica provenzal e a galego-portuguesa son bastante máis limitadas do que poderíamos pensar a priori. Por outra banda, tal e como ficou demostrado, o dominio poético de Don Denís e o seu coñecemento das líricas europeas permitiulle, acudindo a tradicións poéticas alleas, introducir novas e relevantes innovacións nunha das grandes escolas da Europa occidental medieval, a escola trobadoresca galego-portuguesa. (Eirín García, 2012, p. 211).

Tais conclusões são endossadas ainda por outro importante aspecto presente nas cantigas: o som. Apesar de se tratar de uma documentação limitada, sabemos que as cantigas também possuem uma dimensão musical. No caso da lírica galego-portuguesa, dois pergaminhos contendo notação musical foram encontrados no século XX. No início do século passado, em 1915, veio à luz o Pergaminho Vindel, contendo sete cantigas de amigo de Martim Codax.²⁰ Foi apenas em 1991 que o pesquisador Harvey Sharrer encontrou o pergaminho que leva seu nome e que guarda, em estado fragmentado, sete cantigas de amor de D. Dinis.²¹

Em outros trabalhos, dediquei-me à investigação sobre a performance e os aspectos musicais da lírica galego-portuguesa.²² Para nossos objetivos, ficarei restrito aqui às conclusões de Manuel Pedro Ferreira sobre o caráter estilístico das melodias dionisinas. Segundo o musicólogo, os excertos melódicos encontrados no pergaminho apresentam um “conteúdo demasiadamente melismático”, isto é, utiliza como recurso de ornamento mais de uma nota por sílaba. Ainda que seja uma técnica presente no repertório trovadoresco de além-Pireneus, a marcante presença nas cantigas “lhes conferem um perfil bastante individualizado” (Ferreira, 2016, p. 98).

Essa característica mostra-se bastante coerente na análise das cantigas do pergaminho, reforçando a hipótese da autoria dionisina também sobre as melodias (Cf. Ferreira, 2016, p. 106). Porém, conforme problematiza Ferreira, a ausência de outros registros melódicos de cantigas de amor em galego-português não permite a comparação para assegurar se é algo referente a um estilo do autor ou se da escola trovadoresca a qual o rei se coloca como modelo (Ferreira, 2016, p. 103).

Se, por um lado, a densidade melismática caracteriza as cantigas sob o celo da escola galego-portuguesa ou pelo grau de individualidade do rei-trovador, por outro, é notória a presença de motivos melódicos transpirenaicos (Ferreira, 2016). Tal evidência endossa, também no campo musical, que se

trata de um fenômeno intensamente marcado pela circulação de ideias e práticas. Neste sentido, essas características corroboram o que Marcella Lopes Guimarães define como “rede de convergências” (Guimarães, 2018, p. 90). Estamos diante de um contexto de convergências culturais no qual se destaca um movimento de partilha mais do que a mera recepção e emulação.

Entretanto, o grau autoral da obra não deve ser estabelecido sem uma reflexão crítica que permita conhecê-la em seu contexto cultural. Inspirado pelas reflexões de Bourdieu, também entendo que “compreender a obra é compreender a visão de mundo de um grupo social que estaria sendo expressa através do artista, agindo como uma espécie de médium” (Bourdieu, 2011, p. 59). Dessa forma, D. Dinis, o poeta, expressa em sua obra a visão de mundo de seu grupo social; seu “microcosmos literário”, como propôs o sociólogo francês. É a partir de um espaço de possibilidades, ou seja, de vínculos estratégicos e possíveis dentro desse microcosmos, que se ocorrem as tomadas de posição e as escolhas estilísticas.²³

Este campo de tomada de posição só pode ser plenamente entendido se estabelecermos as relações entre os sujeitos, sua origem social e seu microcosmos cultural (Cf. Bourdieu, 2011, p. 72). Portanto, a condição de rei, de nobre, de filho, neto e marido estão em constante tensão e medeiam as escolhas estéticas e políticas que D. Dinis assume, revelando os vínculos sociais que o transversalizam enquanto poeta e rei. A persona real, que assume publicamente o ato discursivo está vinculada ao seu grupo social, mas também a seu tempo.

Considerações finais

A análise das temporalidades da poesia trovadoresca galego-portuguesa, com especial foco nas cantigas de D. Dinis, permite revisitar questões centrais que se mantiveram ao longo da história, como a interação entre cultura, política e identidade. Ao longo deste estudo, foi possível destacar como a produção trovadoresca de D. Dinis ressoou em diferentes épocas e recebeu novas interpretações, especialmente nos séculos XIX e XX, marcados pela emergência do Estado-nação e pelas demandas nacionalistas.

As cantigas de D. Dinis, especialmente em sua faceta de rei-trovador, ganharam contornos que ultrapassaram os limites do contexto medieval, sendo reapropriadas por historiadores e filólogos que buscaram em sua obra elementos de renovação, provençalismo e originalidade. As interpretações ao longo do tempo, no entanto, nem sempre conseguiram capturar a complexidade de sua produção poética, frequentemente restringindo sua análise às categorias modernas de nacionalismo e centralização do poder. Trata-se, portanto, de uma recontextualização dessas obras dentro de um quadro ideológico contemporâneo. Além disso, a análise dos aspectos poéticos e musicais das cantigas de D. Dinis permitiu compreender como sua produção dialoga com tradições locais e estrangeiras, em uma rede de convergências, ressignificando temas e formas herdadas.

Em conclusão, o estudo das cantigas de D. Dinis demonstra a riqueza de suas conexões temporais, sendo um campo de constante renovação e reinterpretação, com implicações culturais e políticas que ainda ressoam na historiografia contemporânea.

Referências

ANKERSMIT, F. R. Historical representation. *History and Theory*, v. 27, n. 3, p. 205-228, 1988.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 2011.

COELHO, Maria Filomena. Revisitando o problema da centralização do poder na Idade Média. Reflexões historiográficas. In: NEMI, Ana; ALMEIDA, Néri de Barros; PINHEIRO, Rossana (org.). *A construção da narrativa histórica*. Séculos XIX e XX. Campinas: Ed. UNICAMP, 2014. p. 39-62.

- COELHO, M. F. O Estado “virtuoso”: corpos e pluralismo jurídico em Portugal (séc. XII – XIII). In: TEODORO, Leandro; MAGALHÃES, Ana Paula (org). *A Formação de reinos virtuosos (sécs. XII-XVII)*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2023. p. 43-58.
- DELL'ELCINE, E.; FRANCISCO, H.; MICELI, P.; MORÍN, A. *Pensar el Estado en las sociedades precapitalistas*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2012.
- EIRÍN GARCÍA, Leticia. A cantiga de amor galego-portuguesa no contexto lírico da Europa ocidental medieval. In: FERRER, Rafael A.; CHICO-RICO, Francisco (ed.). *Literaturas ibéricas medievales comparadas*. Alicante: Universidad de Alicante/SELGYC, 2012. p. 203-212.
- EIRÍN GARCÍA, Leticia. As cantigas do Pergaminho Sharrer. Motivos fundamentais. In: LOPES, G. V.; FERREIRA, M. P. (ed.). *Do canto à escrita: novas questões em torno da lírica galego-portuguesa – nos cem anos do Pergaminho Vinde*. Lisboa: IEM/CESEM, 2016. p. 93-108.
- FERREIRA, Manuel Pedro. *O som de Martin Codax: Sobre a dimensão musical da lírica galego-portuguesa (séculos XII – XIV)*. Lisboa: UNISYS/Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.
- FERREIRA, Manuel Pedro. Ler o Pergaminho Vindel: suporte; textos; autor. In: LOPES, G. V.; FERREIRA, M. P. (ed.). *Do Canto à Escrita: Novas questões em torno da lírica galego-portuguesa – nos cem anos do Pergaminho Vindel*. Lisboa: IEM/CESEM, 2016, p. 19-28.
- GEARY, Patrick J. *O mito das nações: a invenção do nacionalismo*. 2. ed. São Paulo: Conrad, 2005.
- GONÇALVES, Elsa. Intertextualidades na poesia de D. Dinis. In: BERARDINELLI, Cleonice (ed.). *Singularidades de uma cultura plural*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. p. 146-155.
- GONÇALVES, Elsa. D. Denis: um Poeta Rei e um Rei Poeta. In: NASCIMENTO, Aires; Ribeiro, Cristina A. (orgs.) *Literatura Medieval: Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, vol. II. Lisboa: Edições Cosmos, 1993a, p. 13-23.
- GONÇALVES, Elsa. Denis, Dom. In: LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe. (org.) *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminhos, 1993b, p. 206-212.
- GUARINELLO, N. L. Uma Morfologia da História: As Formas da História Antiga. *Politeia – História e Sociedade, [S. l.]*, v. 3, n. 1, p. 41-61, 2010.
- GUIMARÃES, Marcella Lopes. O discurso Cronístico e a Narratividade Histórica. In: NASCIMENTO, Renata C. de S. *Idade Média: entre a história e a historiografia*. Goiânia: PUC Goiás, 2012. p. 53-77.
- GUIMARÃES, Marcella Lopes. Sintomas de renovação na poética tardo-medieval. In: LANZIERI JR., Carlile (org.) *As faces da renovatio na Idade Média e no Renascimento*. Cuiabá: Vivarium, 2018.
- HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan*. Coimbra: Almedina, 1994.
- LACHI, Antônio Luiz. D. Dinis, o pai da pátria de Portugal e o fortalecimento do poder monárquico: o papel dos juristas. *Revista Jurídica UNIGRAN*. Dourados, MS. vol. 2, nº 4, p. 17-28, jul/dez. 2000.
- LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe. *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminhos, 1993.
- LANG, Henry R. *Cancioneiro d'El Rei Dom Denis e estudos dispersos*. Niterói: Ed. da UFF, 2010.
- MATTOSO, José. *Identificação de um país: Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325) – Oposição*. vol. 1. 5. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995 [1985].
- MATTOSO, José. *História de Portugal: A monarquia feudal*. vol. 2. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- MENDES, Ana Luiza. Entre cantigas e crônicas, a identidade do rei Dom Dinis. *Medievalis*, v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: www.nielim.com. Acesso em: 12 set. 2024.
- MUNIZ, M. C. D. Biografia de trovadores e jograis. In: MONGELLI, M. L. *Fremosos cantares: Antologia da lírica medieval galego-portuguesa*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. p. 415-460.
- OLIVEIRA, Antônio Resende de. *Depois do espetáculo trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*. Lisboa: Edições Colibri, 1994.
- OLIVEIRA MARTINS, J. P. *História de Portugal – Tomo I*. Public Domain Book (e-book), 1908 [1880].
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. *História de Portugal*. 7. ed. Lisboa: Palas Editores, 1977.

PIZARRO, J. A. de Sotto Mayor. *D. Dinis*. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos Portugueses/ Temas e Debates, 2008.

RIBEIRO, Ângelo Pinto. *História de Portugal*. A afirmação do país – Da conquista do Algarve à regência de Leonor Teles. Vol. II. Porto: Lello & Irmão, 1936 (e-book).

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*. vol. 1. 3. ed. Lisboa: Verbo, 1979.

SPINA, Sigismundo. *Do formalismo estético trovadoresco*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

TAVANI, Giusepe. *Trovadores e jograis: introdução à poesia medieval galego-portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 2002.

VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis. *Cancioneiro da Ajuda*. Halle: Max Niemeyer, 1904.

Fontes

LOPES, Graça Videira; FERREIRA, Manuel Pedro et al. (2011-). *Cantigas Medievais Galego Portuguesas* [base de dados online]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA. Acesso em 29 de novembro de 2022. Disponível em: <http://cantigas.fcsh.unl.pt>

PINA, Rui de. Crônica de D. Dinis (*Cr. Dinis*). Torre do Tombo, Portugal, [s.d.].

Notas finais

¹ Ankersmit (1988) propõe que os historiadores operam a partir de esquemas narrativos e retóricos que moldam a maneira como representam o passado, atribuindo uma forma – ou fôrma – à escrita da história. Guarinello (2010) explora esta problemática, em especial, evidenciando a forma da História Antiga. Inspirado por esses autores, sigo sob a perspectiva de que a tradicional configuração tripartite da história – Antiga, Medieval e Moderna – atribui aos eventos, práticas e objetos situados em suas periodizações o campo de significados de suas formas.

² CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*, canto III, estâncias 96-98. Lisboa: Ministérios dos Negócios Estrangeiros. Instituto Camões, 2000, p. 123.

³ Na noite escreve um seu Cantar de Amigo/ O plantador de naus a haver,/ E ouve um silêncio múrmuro consigo: /É o rumor dos pinhais que, como um trigo/ De Império, ondulam sem se poder ver. /Arroio, esse cantar, jovem e puro, /Busca o oceano por achar; /E a fala dos pinhais, marulho obscuro,/ É o som presente desse mar futuro,/ É a voz da terra ansiando pelo mar. PESSOA, Fernando. Sexto: D. Dinis. In: *Mensagem*. Lisboa: Ática, 1972, p. 31.

⁴ A poesia lírica medieval galego-portuguesa nos é transmitida por meio de três grandes coletas manuscritas que levam o nome de seu atual local de guarda: o Cancioneiro da Ajuda, manuscrito inacabado e coevo ao tempo dos trovadores, apresentando um primeiro estágio da coleta; e o Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Portugal e o da Vaticana, manuscritos apócrifos italianos, confeccionados a mando do humanista Angelo Colocci no século XVI. Tomo como base para o artigo as edições da base de dados LOPES, Graça Videira; FERREIRA, Manuel Pedro et al. (2011-). *Cantigas Medievais Galego Portuguesas* [base de dados online]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA. Acesso em 29 de novembro de 2022. Disponível em: <http://cantigas.fcsh.unl.pt>. Aqui, as cantigas estão citadas a partir de sua posição no Cancioneiro da Biblioteca Nacional pela inicial B, conforme sistema de siglas utilizado para identificar os manuscritos desta tradição. Para uma descrição aprofundada dos manuscritos, ver: OLIVEIRA, António Resende de. *Depois do espetáculo trovadoresco*. A estrutura dos cancioneros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV. Lisboa: Edições Colibri, 1994.

⁵ Ver: OLIVEIRA, A. R. de. *Depois do espetáculo...* op. cit., p. 328.

⁶ As referidas cantigas estão circunscritas no conflito sucessório entre D. Dinis e seu filho, D. Afonso IV. São elas, em B, 1038, 1310, 1316, 1448 e 1452. Sob este conflito, ver: PESSOA, Felipe. *O conflito sucessório entre D. Dinis e D. Afonso IV na historiografia e nas cantigas galego-portuguesas*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2020.

⁷ Para maior fluidez do texto, neste caso, optei por trazer as datas de nascimento e morte em nota. Respectivamente: 1155-1214; 1201-1252; 1209-1248; 1210-1279.

⁸ Ver: PESSOA, Felipe. O Estado em performance: política e cantigas no reinado de D. Dinis. In: MIATELLO, André Luis P.; SALLES, Bruno Tadeu et al. *Anais do XIV Encontro Internacional de Estudos Medievais: "Sob o véu de versos estranhos": Dante em perspectiva interdisciplinar*. Minas Gerais, 2021. v. 5. p. 172-180; PESSOA, Felipe. *Ordem e justiça na lírica galego-portuguesa: o papel político das cantigas no reinado de D. Dinis*. (no prelo)

⁹ Para um panorama acerca deste debate e sobre a crítica ao modelo de centralização do poder, ver. COELHO, Maria Filomena. Revisitando o problema da centralização do poder na Idade Média. Reflexões historiográficas. In: NEMI, Ana; ALMEIDA, Nêri de Barros; PINHEIRO, Rossana (org.). *A construção da narrativa histórica*. Séculos XIX e XX. Campinas: Ed. UNICAMP, 2014. p. 39-62.

¹⁰ Para ilustrar a presença dessa ideia no imaginário popular português, sugiro a apreciação do vídeo educativo "D. Dinis (o rei que fez tudo quanto quis)", canção que compõe o trabalho História de Portugal, do conjunto As Canções da Maria, projeto liderado pela compositora Maria de Vasconcelos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=frf25uliLy8>

¹¹ Obra em quatro volumes publicados entre 1846 e 1853: HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal desde o começo da Monarchia até o fim do reinado de Affonso III*.

¹² Proposta de periodização debatida a partir dos trabalhos de Oliveira Marques e Virgínia Rau. Para um panorama deste debate, ver. SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, A. H. (dir.) *Nova História de Portugal*, Tomo III – Portugal em definições de fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV (coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem). Lisboa: Ed. Presença, 1996, em especial, p. 160-161.

¹³ Este debate se insere em uma discussão mais ampla acerca da existência do Estado nas sociedades pré-capitalistas. Opondo-se aos antiestatalistas – que não reconhecem a existência de uma institucionalização do poder público antes do século XVIII – os evolucionistas – corrente adequada ao "take-off" estatal na baixa Idade Média – procuram reconhecer os traços de gênese e evolução do Estado antes do século XV. Para uma visão atualizada deste debate, ver: DELL'ELCINE, E.; FRANCISCO, H.; MICELI, P.; MORÍN, A. *Pensar el Estado en las sociedades precapitalistas*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2012. Em especial, p. 9-17; 93-99.

¹⁴ Esta renovação, com berço na história das instituições e do direito, teve como protagonistas Antônio Manuel Hespanha, Bartolomé Clavero e Pablo Fernández Albadalejo. Ver: COELHO, M. F. *Revisitando o problema...* op. cit., p. 39-62.

¹⁵ Sobre o histórico dos cancioneiros e sua redescoberta no século XIX, ver: OLIVEIRA, A. R. de. *Depois do espetáculo...* op. cit.; TAVANI, G. *Trovadores e jograis...* op. cit.

¹⁶ Ver: PESSOA, Felipe. A boa e a má privança: justiça e corrupção no contexto do conflito sucessório entre D. Dinis e D. Afonso IV. In: COELHO, Maria Filomena (org.) *II Encontro De Corruptione*: atas. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de História (Coleção Medioevum), 2024, p. 68-77.

¹⁷ O discurso entre uma formação cultural autóctone e sua influência estrangeira já alimentou divergências fervorosas. Uma revisão historiográfica acurou acerca da formação de D. Dinis e pôs-se em defesa de uma formação "autenticamente portuguesa". O debate gira em torno da figura de Aymeric D'Ébrard, cuja citação por parte de Frei Francisco Brandão na quinta parte da Monarchia Lusitana gerou controvérsias ao afirmar ter tido o clérigo provençal papel de destaque na formação de D. Dinis. Somaram-se suposições que relacionaram a origem de D'Ébrard com sua possível arte de trovar, o que também não encontrou registro. Vasconcellos ainda atesta a visão de Brandão. Contudo, já se comprovou que seria anacrônica tal proposta a partir de pesquisas recentes que levam o clérigo à Portugal somente em 1279, ano em que D. Dinis assume o reino. Cf. PINTO, Américo C. *Diónisos...* op. cit. 1982, p. 36; PIZARRO. *D. Dinis...* op. cit. 2008, p. 279.

¹⁸ Ver: EIRÍN GARCÍA, Leticia. A cantiga de amor galego-portuguesa... op. cit.; e MENDES, Ana Luíza. Entre cantigas e crônicas, a identidade do rei D. Dinis. *Medievalis*, v. 3, n. 2, 2014, p. 1-15.

¹⁹ Sobre uma síntese acerca das insurreições enfrentadas por D. Dinis, ver: MATTOSO, José. *História de Portugal...* op. cit., em especial, p. 136-140. Sobre a guerra civil entre D. Dinis e D. Afonso IV, ver: PESSOA, Felipe. *O conflito sucessório entre D. Dinis e D. Afonso IV...* op. cit.

²⁰ Para um balanço sobre o percurso do Pergaminho Vindel e sua materialidade, ver. FERREIRA, Manuel Pedro. *O som de Martin Codax: Sobre a dimensão musical da lírica galego-portuguesa (séculos XII – XIV)*. Lisboa: UNISYS/Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986; FERREIRA, Manuel Pedro. Ler o Pergaminho Vindel: suporte; textos; autor. In: LOPES, G. V.; FERREIRA, M. P. (ed.). *Do Canto à Escrita: Novas questões em torno da lírica galego-portuguesa – nos cem anos do Pergaminho Vindel*. Lisboa: IEM/CESEM, 2016, p. 19-28.

²¹ Dedico aqui uma homenagem ao professor Harvey L. Sharrer, que nos deixou no dia 12 de setembro de 2024, período de elaboração e revisão deste artigo. As contribuições do professor Sharrer demonstram seu grau de profissionalismo e de dedicação à pesquisa, além de marcarem sua ampla interlocução no campo. Sobre o Pergaminho Sharrer, ver. SHARRER, H. Fragmentos de sete cantigas d'Amor de D. Dinis, musicadas – uma Descoberta. *Literatura Medieval*, v. I: Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval. Lisboa: Cosmos, 1993, p. 13-29; FERREIRA, M. P. *Cantus Coronatus: 7 Cantigas d'El-Rei Dom Dinis*. Kassel/Reichenberger, 2005.

²² Ver: PESSOA, Felipe. A performance nas cantigas galego-portuguesas: desafios entre oralidade e tradição manuscrita trovadoresca. *Dramaturgias*, [S. l.], n. 15, p. 50-77, 2020.

²³ Bourdieu explica e contextualiza esse pensamento: “Consciente de que nenhuma obra existe por si mesma, isto é, fora das relações de interdependência que a vinculam a outras obras, Michel Foucault propõe chamar de ‘campo de possibilidades estratégicas’ o ‘sistema regado de diferenças e de dispersões’ no interior do qual cada obra singular se define.” BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 2011, p. 56.

Submetido em: 01/03/2024
Aprovado em: 12/10/2024